



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

**TERMO DE REFERÊNCIA – SRP
PREGÃO ELETRÔNICO
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO**

FORNECIMENTO, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, TRANSPORTE, CARGA, DESCARGA E MONTAGEM DE ARQUIVOS DESLIZANTES PARA A MODERNIZAÇÃO DO ACERVO DO HERBÁRIO “GRAZIELA BARROSO (TEPB)” DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI

JUNHO/2024



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

ÍNDICE

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2 TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	6
3 FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	7
4 LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE.....	7
5 DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	8
6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	8
7 VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	9
8 PROPOSTA.....	9
9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	10
10 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11
11 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	11
12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	11
13 REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	12
14 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	12
15 MULTAS	12
16 GARANTIA DE EXECUÇÃO	14
17 FISCALIZAÇÃO	14
18 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS.....	16
19 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	16
20 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	21
21 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	17
22 GARANTIA DOS MATERIAIS/EQUIPAMENTOS	17
23 MATRIZ DE RISCO	18
24 CONDIÇÕES GERAIS.....	19
25 ANEXOS.....	19



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga, descarga e montagem de arquivos deslizantes para a modernização do acervo do Herbário “Graziela Barroso (TEPB)” da Universidade Federal do Piauí - UFPI, a serem montados no município de Teresina, localizado no estado Piauí, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	<p>Arquivos deslizantes - Fornecimento e montagem de sistemas Fixos ou Deslizantes compostos por: Faces de Sistemas de Armazenamento Deslizante para guarda de materiais tipo Herbário, Entomológico, entre outros armazenamentos técnicos ou documentais por meio fixo e/ou correção e quando necessário portas para fechamento mediante projeto; confeccionados em chapas de aço carbono com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática com tinta a pó com ação antimicrobiana, para arquivamento e armazenamento, capazes de deslizarem horizontalmente sobre rodízios apoiados em trilhos de alumínio maciço e movimentados por meio de volantes ergonômicos. Devem possuir travas de segurança engatadas em todos os carros base e em todas as linhas de trilhos para evitar tombamentos e/ou descarrilamentos dos módulos. Devem conter partes estáticas ou deslizantes compostas por corpos duplos ou simples, de medidas 650 mm extensível até 1.200 mm (profundidade) x 440mm extensível até 1.250mm (largura) e 1.650 mm extensível até 2.925mm (altura) de medidas internas, aptas a serem equipadas com qualquer tipo de componente interno, tais como prateleiras, divisores escanos, base de pastas suspensas, gavetas e planos metálicos, permitindo assim formar conjuntos em áreas e composições internas e externas diferentes em conjuntos de até 12 (doze) metros de profundidade.</p> <p>Para cada face será fornecida porta pivotante ou deslizante podendo ser porta com abertura lateral de correr confeccionado em chapas #18 e #14 composta por: porta de correr, batentes laterais, trilho superior, trilho inferior e perfil de acabamento inferior. Sistema de deslocamento inferior através de guias fixadas ao perfil inferior de aço carbono e rodas de nylon com rolamentos internos eliminando consideravelmente o volume de ruído e ainda roletes superiores em nylon que rodam dentro de um perfil extrudado de alumínio fixado ao perfil superior do trilho. Porta com reforço interno</p>	207924	Face	144



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>tipo cartola, puxadores tipo concha e conjunto fechadura com acoplamento a uma haste em aço 1020 gerando o travamento do conjunto. Porta com abertura frontal em chapa #18 (1,2mm de espessura) com cantos arredondados e diversas dobras verticais a fim de estruturar o conjunto. Reforço interno que também pode ser utilizado como porta catálogo com abertura superior; porta com abertura de 180 graus utilizando dobradiças semi-embutidas em zamak e pino em aço carbono. Sistema de fechamento através de fechadura com acoplamento de duas hastes em aço 1020 gerando o travamento superior e inferior da porta.</p> <p>Pintura: as peças confeccionadas em aço devem passar por todos os processos de pintura conforme procedimento ABNT PE 289 (certificação do processo de preparação e pintura em superfícies metálicas) ou outro OCP (Organismo de Certificação de Produto). A cor deverá ser cinza claro ou ainda outra definida pelo projeto. Para cada projeto executado será fornecida 01 (uma) fechadura biométrica.</p> <p>Na apresentação da proposta devem ser observados os documentos listados no item 9.2.1 b) desse Termo de Referência. Na montagem dos Arquivos Deslizantes deve ser levado em consideração o projeto constante no Anexo VI desse Termo de Referência.</p>			
2	<p>Arquivos deslizantes - Fornecimento e montagem de sistemas Fixos ou Deslizantes compostos por: Faces de Sistemas de Armazenamento Deslizante para guarda de materiais tipo Herbário, Entomológico, entre outros armazenamentos técnicos ou documentais por meio fixo e/ou correção e quando necessário portas para fechamento mediante projeto; confeccionados em chapas de aço carbono com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática com tinta a pó com ação antimicrobiana, para arquivamento e armazenamento, capazes de deslizarem horizontalmente sobre rodízios apoiados em trilhos de alumínio maciço e movimentados por meio de volantes ergonômicos. Devem possuir travas de segurança engatadas em todos os carros base e em todas as linhas de trilhos para evitar tombamentos e/ou descarrilamentos dos módulos. Devem conter partes estáticas ou deslizantes compostas por corpos duplos ou simples, de medidas 650 mm extensível até 1.200 mm (profundidade) x 440mm extensível até 1.250mm (largura) e 1.650 mm extensível até 2.925mm (altura) de medidas internas, aptas a serem equipadas com qualquer tipo de componente interno, tais como prateleiras,</p>	207924	Face	36



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

<p>divisores escanos, base de pastas suspensas, gavetas e planos metálicos, permitindo assim formar conjuntos em áreas e composições internas e externas diferentes em conjuntos de até 12 (doze) metros de profundidade.</p> <p>Para cada face será fornecida porta pivotante ou deslizante podendo ser porta com abertura lateral de correr confeccionado em chapas #18 e #14 composta por: porta de correr, batentes laterais, trilho superior, trilho inferior e perfil de acabamento inferior. Sistema de deslocamento inferior através de guias fixadas ao perfil inferior de aço carbono e rodas de nylon com rolamentos internos eliminando consideravelmente o volume de ruído e ainda roletes superiores em nylon que rodam dentro de um perfil extrudado de alumínio fixado ao perfil superior do trilho. Porta com reforço interno tipo cartola, puxadores tipo concha e conjunto fechadura com acoplamento a uma haste em aço 1020 gerando o travamento do conjunto. Porta com abertura frontal em chapa #18 (1,2mm de espessura) com cantos arredondados e diversas dobras verticais a fim de estruturar o conjunto. Reforço interno que também pode ser utilizado como porta catálogo com abertura superior; porta com abertura de 180 graus utilizando dobradiças semi-embutidas em zamak e pino em aço carbono. Sistema de fechamento através de fechadura com acoplamento de duas hastes em aço 1020 gerando o travamento superior e inferior da porta.</p> <p>Pintura: as peças confeccionadas em aço devem passar por todos os processos de pintura conforme procedimento ABNT PE 289 (certificação do processo de preparação e pintura em superfícies metálicas) ou outro OCP (Organismo de Certificação de Produto). A cor deverá ser cinza claro ou ainda outra definida pelo projeto. Para cada projeto executado será fornecida 01 (uma) fechadura biométrica.</p> <p>Na apresentação da proposta devem ser observados os documentos listados no item 9.2.1 b) desse Termo de Referência. Na montagem dos Arquivos Deslizantes deve ser levado em consideração o projeto constante no Anexo VI desse Termo de Referência.</p> <p><i>Cota reservada em 20% para ME/EPP referente ao item 1</i></p>			
---	--	--	--

1.1.1. A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:

- a) O Item 1 é aberto para participação de todas as empresas.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

b) O Item 2 é reservado como como cota destinada para as microempresas e empresas de pequeno porte.

1.1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

2 TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a licitação e subsidiar a elaboração do edital e fornecer informações ao licitante.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos de equipamentos, objetos deste Termo de Referência.

7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – 7ª SR – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Teresina/Piauí, em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CATSER - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

3 FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 Forma de Realização: Pregão Eletrônico – por Sistema de Registro de Preços.

3.2 Valor Estimado: Público.

3.3 Critério de Julgamento: Menor Preço

3.4 Forma de Fornecimento: Parcial

3.5 Órgão gerenciador: CODEVASF - 7ªSR – UASG nº 195012

3.6 Modo de Disputa: Aberto

4 LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

4.1 Os materiais/equipamentos objetos deste Termo de Referência deverão ser entregues e montados em espaço do Herbário “Graziela Barroso (TEPB)” da Universidade Federal do Piauí – UFPI, a ser indicado pela direção do respectivo Herbário, localizado no Município de Teresina no Estado do Piauí, mediante entendimento prévio entre as partes ou seus representantes.

4.2 A Universidade Federal do Piauí está localizada no Bairro Ininga – Teresina (PI), CEP 64.049-550.

4.3 A cidade de Teresina está localizada à latitude de 5°5'20" ao sul e longitude de 42°48'07" ao oeste, próximo à divisa com o Maranhão, ao oeste do estado, em uma altitude de 72 metros, na mesorregião Centro-Norte à margem direita do Rio Parnaíba, no Estado do Piauí. O acesso ao município de Teresina é feito principalmente pelas BRs 316 (sul) e 343 (Norte).

4.4 Por se tratar de itens que não exigem emplacamento, o referido pregão permite a escolha pelo fornecedor do local de faturamento, podendo ser a Codevasf Sede ou a 7ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada no estado do Piauí.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

4.5 O meio de transporte e o acondicionamento do item objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas às vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

4.6 Os materiais/equipamentos objetos deste Termo de Referência deverão ser entregues e montados de segunda a sexta-feira, exceto feriados, e em horário comercial de 08:00 às 12:00 h ou de 13:30 às 17:30 h, mediante acordo com a CODEVASF e a direção do Herbário Graziela Barroso (TEPB).

5 DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

5.1 O objeto do presente pregão compreende o fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga, descarga e montagem de arquivos deslizantes para a modernização do acervo do Herbário “Graziela Barroso (TEPB)” da Universidade Federal do Piauí - UFPI, conforme distribuído no Anexo II deste Termo de Referência.

5.2 A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados no Escopo de Fornecimento (ANEXO II) deste Termo de Referência, que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.

5.3 A montagem dos materiais/equipamentos e supervisão de montagem fazem parte do Escopo de Fornecimento.

5.4 A entrega e montagem dos materiais/equipamentos no local designado pela CODEVASF é de inteira responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá pessoal nem os equipamentos necessários para o manuseio, devendo esta ser avisada via e-mail, com antecedência devida de até 10 (dez) dias a previsão da data do início da entrega e montagem, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais/equipamentos a serem entregues.

5.5 O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem sua integridade.

5.6 Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, isoladamente, que atendam às exigências do TR e seus anexos, não se permitindo consórcios ou subcontratação.

6.1.1 Os licitantes poderão apresentar propostas conforme as características discriminadas na Planilha de Quantidades e Preços Orçados (ANEXO II) deste Termo de Referência.

6.1.2 As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.2 CONSÓRCIO

6.2.1 Não será permitida a participação de consórcio.

6.3 SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

6.4 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

6.4.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

7 VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1 O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes dos materiais.

7.1.1 Os custos de visita ao local onde serão montados os materiais/equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2 Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues e montados os materiais/equipamentos objetos desse Termo de Referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização da CODEVASF, em Teresina, no estado do Piauí, nos telefones: (86) 3215-0128 ou (86) 3215-0162.

7.1.3 A visita ao local onde serão entregues os materiais/equipamentos deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

8 PROPOSTA

8.1 As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados, informados preferencialmente em língua portuguesa;
 - 8.1.1.1 b1) Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os materiais/equipamentos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II, que é parte integrante deste Termo de Referência.
- d) O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.
- e) Cronograma físico-financeiro detalhando mês a mês as fases de montagem dos materiais/equipamentos no local do projeto;

8.1.2 Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e de campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.3 Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega e montagem dos materiais/equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui Inscrição Estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais/equipamentos e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade

8.1.4 Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL avaliado, POR ITEM, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

9.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.1 A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Atestado(s) em nome da licitante, exclusivamente como contratada, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimento e montagem de materiais/equipamentos correspondentes ao objeto desta licitação.

- a.1) Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

- a.2) Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos materiais/equipamentos, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem materiais/equipamentos dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais/equipamentos, constantes das Especificações Técnicas, Anexo VI deste Termo de Referência.

b) Certificado de Conformidade e Selo Ecológico do produto de acordo com as normas ABNT NBR 14020 e ABNT NBR 14024. Laudo Técnico de Avaliação das Características Ergonômicas baseado em sistema de avaliação de qualidade ergonômica de produtos utilizando o DIFPU – Diagnóstico da Interface Física Produto Usuário, abrangendo a avaliação antropométrica e biomecânica real, avaliação antropomórfica, incluindo análise de risco e avaliação das características conforme NR 17, avaliação de acessibilidade conforme Norma ABNT 9050. O relatório do laudo deverá evidenciar que os equipamentos (de movimentação/deslocamento mecânico, elétrico ou eletrônico) propostos possuem padrões técnicos e funcionais de ergonomia. O laudo deverá ser emitido por laboratório acreditado no Inmetro juntamente com profissional com especialização acadêmica em ergonomia certificado pela ABERGO (Associação Brasileira de Ergonomia) e ainda em conjunto com profissional de engenharia de segurança do trabalho devidamente registrado no CREA. Apresentar relatório técnico emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro comprovando resistência dos trilhos em alumínio de no mínimo 520h em ensaio acelerado de câmara de névoa salina e corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, conforme a ABNT, NBR 8094/1983 e 8095/2015 ambas em conjunto com as NBR 5841/2015 com resultado do grau de empolamento de d0 e t0 e NBR ISO 4628-3/2015 determinando grau de enferrujamento r10. Relatório técnico emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro demonstrando que o manipulador suportou no mínimo 80.000 ciclos de acionamento, sem apresentar qualquer irregularidade em seu funcionamento. Deverá ser apresentado relatório técnico emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro demonstrando que o botão suportou no mínimo 80.000 ciclos de acionamento sem perder sua funcionalidade e não apresentou nenhuma irregularidade no funcionamento. Relatório técnico emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro comprovando que a base deslizante carga de 2.000 kg em teste de fadiga com deslocamento de no mínimo 100 mil ciclos de 2.200 mm de percurso de ida e volta sem apresentar perda de integridade ou colapso estrutural e sem deformações ou ruptura de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

qualquer componente. Relatório técnico emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro comprovando que a coluna estrutural direita, central e esquerda não obtiveram reflexão maior que 5 mm quando submetidas a cargas verticais concentradas 5000N. Relatório técnico emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro demonstrando que a borracha de vedação foi submetida ao esforço de tração de no mínimo 150N sem apresentar ruptura. Relatório técnico emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro comprovando que as portas foram abertas a 90° uma por vez e carregadas com uma carga de 50N a 50mm da borda externa tendo apresentado conformidade no funcionamento após o movimento de abertura e fechamento conforme norma 13961. Deverá comprovar sistema de gestão da qualidade aprovado em conformidade com os requisitos da norma NBR ISO 9001:2015, 14001:2015; certificação de conformidade ABNT PE 388 ou outro OCP (Organismo de Certificação de Produto). Deverá ser apresentado relatório técnico emitido por laboratórios referendados pelo Inmetro demonstrando a possibilidade de upgrade tecnológico e flexibilidade da montagem, comprovando a possibilidade de transformação do comprimento dos módulos, transformação de altura dos módulos, mecanização fixos, transformação dos módulos mecânicos em eletrônicos, transformação de dupla redução para múltiplas redução e compartimentos para instalação de câmeras de filmagem, sensores de presença, detector de fumaça, luminárias, barra de segurança e sensores fotoelétricos. Catálogo ou desenho ilustrativo do item descrito, identificando marca, linha, modelo, e caso haja código de certificação, deverá informá-lo para comprovação junto a especificação técnica e demais documentos solicitados. Será solicitado ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de uma amostra do produto ofertado, para que esta seja submetida à avaliação de conformidade com as especificações do item. Caso a unidade amostrada não seja aprovada, o próximo licitante é convocado, na ordem de classificação. Será admitida tolerância máxima de 5% nas medidas para mais ou para menos. Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por entidade pública ou privada, declarando que a proponente licitante realizou fornecimento compatível com o objeto do edital, evidenciando o adequado desempenho técnico da mesma.

9.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.3.1. As licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf, por item que concorrer na licitação, não sendo de forma acumulativa.

10 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A CODEVASF se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 2.021.274,00 (dois milhões, vinte e um mil e duzentos e setenta e quatro reais), a preços de junho de 2024, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste Termo de Referência.

10.2 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários ocorrerá no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1 O prazo para execução do objeto deste TR é de 180 dias, a contar da data de assinatura da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

11.2 O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal e mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos, perfazendo um prazo total de vigência de 270 dias.

12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

pela Fiscalização da CODEVASF, conforme a legislação vigente, e de acordo com o cumprimento do seguinte evento:

a) 100% (cem por cento) do valor faturado após a entrega no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para esta tarefa.

12.1.1 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data do atesto da fiscalização até o envio da Ordem Bancária.

13 REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.1 Caso ocorra assinatura do Contrato, os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

14.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.1.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.1.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

15 MULTAS

15.1 Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato/ordem de fornecimento por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).

15.2 Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de fornecimento, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de fornecimento conforme a Tabela 1;

b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;

c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

15.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

15.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.

15.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

a) A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

b) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;

c) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf 7ª SR – 7ª GRA/UFN o valor total da multa, no prazo de 5



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

(cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

15.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

15.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Superior da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.

15.8. Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

15.9. Caso a Autoridade Superior não dê provimento ao recurso, não caberá novo recurso administrativo.

16 GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 Não será exigida Garantia de Execução.

17 FISCALIZAÇÃO

17.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos e montagem será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

17.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

17.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais/equipamentos, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental, responsável pela execução do pactuado.

17.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

17.6 Das decisões da Fiscalização poderá contratada recorrer à Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

17.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

17.8 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

17.9 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

18 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

18.1 Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

18.1.1 O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO.
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O CONTRATADO é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, enquanto durar o prazo de garantia do(s) bem(ns) fornecido(s), conforme estabelecido no item 22 deste TR.

18.1.2 Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

18.1.3 Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

18.1.4 A CODEVASF rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato/TR.

18.2 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os materiais/equipamentos rejeitados.

18.3 A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Capacidade Técnica;
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);

18.4 Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

18.5 O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre a execução do objeto.

18.6 A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

18.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

19 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

19.1 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010:

19.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

19.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

19.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

19.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

19.2 O vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

19.3 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

20 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os materiais/equipamentos e componentes fornecidos e montados.

20.1.1 O licitante, para demonstrar confiabilidade dos materiais/equipamentos a serem fornecidos, deverá apresentar uma ou mais declarações de fornecimento com as características técnicas mínimas solicitadas na comprovação de experiência específica exigida acima, apresentando o seguinte:

20.2 Características do sistema de operação

20.3 Local de montagem

20.4 Nome e endereço do cliente

20.4.1 A confiabilidade dos materiais/equipamentos será avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para materiais/equipamentos com as características técnicas mínimas solicitadas no item.

20.5 A CONTRATADA deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/2022, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

20.6 O licitante deverá apresentar, quando solicitado, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos materiais/equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- a) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
- b) Desenhos preliminares dos materiais/equipamentos ofertados com dimensões, peso e demais características;
- c) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.

20.7 A descarga dos materiais/equipamentos adquiridos deve ser avisada via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais/equipamentos a serem entregues.

20.8 Contratada deverá comprovar, por meio de declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada, que O(s) FABRICANTE(s) do bem fornecido ao item 01, possuem assistência técnica no âmbito do Estado do Piauí. A assistência técnica poderá ser garantida por meio de realização de parcerias com empresas locais.

21 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

21.1 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

21.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

21.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do CONTRATO.

21.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

21.5 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

21.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos contratados.

21.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

22 GARANTIA DOS MATERIAIS/EQUIPAMENTOS

22.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

22.2 A garantia será prestada com vistas a manter os materiais/equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Demandante.

22.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo(a) próprio(a) contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

22.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

22.5 Os materiais/equipamentos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos dos materiais/equipamentos utilizados na confecção dos demais itens.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

22.6 Uma vez notificado, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do material das dependências da Administração pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.

22.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pela Demandante.

22.8 Na hipótese do subitem acima, a CONTRATADA deverá disponibilizar material equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Demandante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

22.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a Demandante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos materiais/equipamentos.

22.10 O custo referente ao transporte dos materiais/equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

22.11 A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

23 MATRIZ DE RISCO

23.1 A matriz de risco está apresentada no anexo IV deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

23.2 A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz seja da CODEVASF.

23.3 A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados pela CONTRATADA.

23.4 Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

23.5 A CONTRATADA tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

23.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

23.7 Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições da Matriz de Risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

23.8 A contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na Matriz de Risco.

23.9 Os casos omissos na Matriz de Risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

23.10 A referida Matriz de Risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

24 CONDIÇÕES GERAIS

24.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transcrições.

25 ANEXOS

25.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas;
- Anexo II – Escopo de Fornecimento – Planilha de Quantidades e Preços Orçados;
- Anexo III – Estudo Técnico Preliminar;
- Anexo IV – Matriz de Risco;
- Anexo V - Modelo de Logomarca da CODEVASF;
- Anexo VI – Plantas baixas e perspectiva do projeto da Universidade Federal do Piauí.